III SEMINÁRIO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

ANAIS

UFU

PROAE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

REITOR
Prof. Valter Steffen Júnior

VICE-REITOR
Prof. Carlos Henrique Martins da Silva

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Prof. Darizon Alves de Andrade

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Carlos Henrique de Carvalho

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA
Prof. Helder Eterno da Silveira

PRÓ-REITORA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
Elaine Saraiva Calderari

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS
Prof. Márcio Magno Costa

PREFEITO UNIVERSITÁRIO
Prof. João Jorge Ribeiro Damasceno

©Universidade Federal de Uberlândia
Avenida João Naves de Ávila, nº 2121, Bairro Santa Mônica, 38.400-902
- Uberlândia - MG, Fone: (34) 3239-4893

DIRETOR GERAL
EDUFU

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elaine Saraiva Calderari

COORDENAÇÃO DE REVISÃO
Carolina Poswar de Araújo Camenietzki

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Breno Teixeira Sales

CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Breno Teixeira Sales

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S471a Seminário da Assistência Estudantil (3. :2024 : Uberlândia, MG)
Anais do III Seminário da Assistência Estudantil [recurso eletrônico]. Uberlândia : EDUFU, 2024.
43 p.

ISSN: ISBN 978-85-64554-45-0

Modo de acesso: Internet. Livro digital (e-book)
Disponível em: https://eventos.ufu.br/seminario-de-assistencia- estudantil-ufu-2024
Inclui bibliografia.
1. Estudantes – auxílio. 2. Assistência Estudantil. 3. Permanência.
4.Pertencimento. I. Título.

CDU: 378.32

ANAIS

III SEMINÁRIO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
I ENCONTRO REGIONAL FONAPRACE SUDESTE
UBERLÂNDIA (MG), BRASIL, 18, 19 E 20 DE SETEMBRO DE 2024

COMISSÃO CIENTÍFICA

Carolina Poswar de Araujo Camenietzki
Daniela da Cunha Lopes Almeida
Ilza Maria da Silva Alves
Antônio Neto Ferreira dos Santos
Mônica Rafaela de Almeida
Bruno Corrêa Sartini
Cláudio Gomes Barbosa
Polyana Alvarenga Matumoto
Klênio Antonio Souza
Cheliman Alves Rodrigues
Mireille Alves Gazotto
Alexandre Walmott Borges
Breno de Souza Martins
Maria Aparecida Augusto Satto Vilela
Sauloéber Tarsio de Souza

COMISSÃO ORGANIZADORA

Cândice Lisbôa Alves
Adeonn Souza do Amaral
Antonia Manuela de Sá Batista
Antonio Neto Ferreira dos Santos
Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Daniela da Cunha Lopes Almeida
Ilza Maria da Silva Alves
Fernanda Rodrigues de Souza
Rodrigo Abrão Faria

UFU

SUMÁRIO

Apresentação 8

Programação 9

Eixo Pertencimento 10

PSICOLOGIA ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE O PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 11

FÓRUM DE ASSUNTOS ESTUDANTIS: UM CASO DE SUCESSO EM GESTÃO PARTICIPATIVA E COLABORATIVA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) 14

UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: PROMOVENDO UM AMBIENTE ACOLHEDOR E DE ESCUTA PARA DISCENTES 17

Eixo Permanência 20

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: REFLEXÕES SOBRE A SUA PRÁXIS PROFISSIONAL 21

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E ANÁLISE DE RENDA: DIFERENCIAÇÕES NECESSÁRIAS 24

Eixo Inclusão 28

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ATRAVÉS DO ESPECTRO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA CONDIÇÃO AUTISTA (TEA) PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADES 29

EQUIDADE E OPORTUNIDADES: A IMPORTÂNCIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS NORMATIZAÇÕES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFU 32

LEI DE COTAS EM JOGO: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS DE DIVULGAÇÃO DAS MODALIDADES DE RESERVA DE VAGAS A ESTUDANTES E PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO 35

A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL 38

O TRABALHO DA DIVISÃO DE PROMOÇÃO DE IGUALDADES E APOIO EDUCACIONAL (DIPAE) NA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFU 41

APRESENTAÇÃO

O III Seminário de Assistência Estudantil dá continuidade a uma proposta de encontro com periodicidade bienal vocacionada a estabelecer um espaço de debate, análise e divulgação de pesquisas e ações voltadas para auxiliar a inclusão, pertencimento e permanência de estudantes no ensino superior, até a conclusão efetiva do seu curso.

Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Política de Assistência Estudantil é responsabilidade da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae), a qual atua nas 10 áreas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que são: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico; e acesso participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação; além de atuar também no combate às discriminações de gênero, de diversidade sexual, étnico-raciais, entre outras.

O seminário se propõe a discutir esses eixos junto com a comunidade externa, com participação de autoridades da assistência estudantil de outras instituições federais.

PROGRAMAÇÃO

18/09/2024 (QUARTA-FEIRA) - EIXO TEMÁTICO: PERTENCIMENTO

9h - Abertura Oficial com convidados(as)

10h - Mesa temática: Análise da conjuntura política atual

12h às 13h30 - Almoço

13h30 às 16h - Reunião com Gestores do FONAPRACE

13h30 às 16h - Grupos de Trabalho do FONAPRACE: Análise da LEI PNAES: Pontos fortes e pontos fracos - GT Apoio e Acompanhamento I GT Assistência Prioritária IGT Inclusão e Diversidade I GT Prevenção e Promoção

16h às 17h30 - Apresentação de trabalhos e pôsteres do III Seminário (Eixos Pertencimento e Permanência)

18h - Coquetel de abertura e Pocket Show

19h30 - Mesa-redonda temática: "Permanência e os desafios da evasão"

19/09/2024 (QUINTA-FEIRA) - EIXO TEMÁTICO: INCLUSÃO

9h - Mesa temática: A lei do PNAES nas perspectivas e desafios da comunidade estudantil

12h às 13h30 - Almoço

13h30 às 16h: Grupos de Trabalho do FONAPRACE: Análise da LEI PNAES: Propostas de encaminhamentos - GT Apoio e Acompanhamento I GT Assistência Prioritária I GT Inclusão e Diversidade I GT Prevenção e Promoção

16h às 17h30 - Apresentação de trabalhos e pôsteres do III Seminário (Eixo Inclusão)

18h - Pocket Show

19h - Mesa-redonda temática: "Inclusão e ações afirmativas"

20/09/2024 (SEXTA-FEIRA) - EIXO TEMÁTICO: PERMANÊNCIA

9h - Apresentação dos Grupos de Trabalho do FONAPRACE
GT Apoio e Acompanhamento I GT Assistência Prioritária I GT Inclusão e Diversidade I GT Prevenção e Promoção;

11h - Plenária Final

19h - Abertura das Olimpíadas Universitárias UFU 2024 - Sesi Gravatás

22h - Encerramento do I Encontro Regional FONAPRACE Sudeste 2024.

PERTENCIMENTO

COORDENAÇÃO: DANIELA DA CUNHA LOPES ALMEIDA

PSICOLOGIA ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR:

REFLEXÕES SOBRE O PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

ELISA MARIA COSTA SILVA
JOÃO GABRIEL RIBEIRO SILVA
MARIA FREIRE DA COSTA

Compreender a dinâmica de uma instituição de ensino supe- rior não é tarefa simples, especialmente para acessar as estruturas de saber-poder que podem afetar as relações interpessoais e causar sofri-mento psíquico. Práxis recorrente dos serviços de Psicologia são os es- paços de escuta no Plantão Psicológico, em que são manifestos os sin- tomas de silenciamento, vivenciados no período da graduação. Utiliza- remos o aporte teórico da Psicologia Histórico Cultural para analisar os dados documentais levantados neste estudo. Assim, poderemos inda- gar: Como a Psicologia Escolar poderá auxiliar os discentes no contexto educacional do Ensino Superior? Segundo essa abordagem, as ações educacionais têm caráter intencional, o modo como pensamos a forma-ção humana interfere diretamente no psiquismo, sendo indissociáveis os aspectos cognitivos e afetivos no processo de aprendizagem. O estudo realizado por Gomes (2013) nos diz que na gênese dos processosafetivos, a atividade e a consciência têm relação de dependência entre si. Para ela, o significado de afeto remete a tudo que mobiliza nossas sensações; somos constantemente atravessados em nossa potência de ser nos encontros e desencontros educacionais, os quais poderão pro- vocar alterações na maneira de pensar e agir; ora somos estimulados ao conhecimento de forma produtiva e positiva, gerando a sensação de sa-tisfação e alegria, ora somos assujeitados, diminuindo nossa força inter-na e o desejo de busca pelo conhecimento. Reforçando a ideia de que o contexto social, particularmente o universitário, e o contato humano protagonizam diferentes aprendizados, Lourenço e Wirzbicki (2021), co-mentam que somos geneticamente seres sociais, com historicidade e cultura multideterminada por experiências e modelos de aprendiza-gem, que vão organizando e dando sentido à vida. Assim, à medida que ingressam no Ensino Superior, os discentes assumem novos desafios, vivenciam um leque de oportunidades no cotidiano acadêmico. Os au-tores comentam que o espaço educacional favorece o acesso a novos conceitos, signos e linguagens, bem como a utilização de diversos ins-trumentos para formação do conhecimento científico e de outras habi-lidades socioculturais. Portanto, é essencial que o profissional reconhe-ça a complexidade nas interrelações institucionais, a fim de melhor atuar no acolhimento das questões psíquicas, para dar voz às necessi- dades globais, como diz Almeida et al. (1995), alcançar níveis de reflexões contemplando aspectos psicossociais, sociodinâmicos, pedagógicos e institucionais. Reforçando essa tese, Dias, Patias e Abaid (2014), dizem que o psicólogo escolar, junto com a equipe multiprofissional, deve se ocupar nos processos formativos na prevenção e promoção do desen-volvimento humano, estimulando práticas grupais reflexivas, investindo no desenvolvimento social e acadêmico dos discentes. Bastos (2010) discute sobre o potencial da aprendizagem em grupo no que diz respei-to ao fortalecimento de habilidades como leitura crítica da realidade e atitudes criativas, que são capazes de gerar mudanças frente às dificul-dades e conflitos compartilhados entre os membros. A partilha de signi-ficados e experiências, são trocas que permitem o fortalecimento de laços afetivos, aspecto tão importante na geração de sentimentos de pertencimento para com o ambiente universitário. Considerando esses apontamentos, o objetivo deste resumo é apresentar os resultados dos dados documentais, referentes a informações sobre identificação do discente e descrição da demanda que constam nas fichas de registro de atendimento psicológico, do período de janeiro a dezembro de 2023, de uma instituição de Ensino Superior pública federal no sul de Minas, a

PSICOLOGIA ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR:

REFLEXÕES SOBRE O PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

a fim de identificar as principais queixas de sintomas psíquicos, variáveis sociodemográficas e acadêmicas durante o acolhimento no Plan- tão Psicológico, modalidade de atenção psicológica que busca evitar o agravamento de uma dificuldade psicológica pontual. Metodologicamente, os dados foram organizados em tabelas e gráficos por meio do programa Excel e analisados de forma quantitativa e descritiva, verificando-se que: a maior parte dos discentes atendidos foram do sexo masculino (n = 59; 53%), a idade prevalente foi de 19 anos (n = 22; 20%), sendo a faixa etária principal de 17 a 20 anos (n = 47; 41%). Esse levantamento apontou que a maioria dos estudantes se identificam como brancos (n = 68; 61%), seguidos dos pardos (n = 34; 30%). O número total de demandas trazidas pelos estudantes foi de 293, superando o número da amostra de 112. Isso ocorreu porque um único aluno poderia apresentar múltiplas demandas, e todas foram levadas em consideração. Os resultados apontam que as principais razões que levaram os estudantes a procurar o atendimento no Serviço de Psicologia foram: ansiedade (f = 59; 20%), sintomas depressivos (f = 20; 7%), autocobrança (f = 17; 6%), dificuldade de organização e planejamento nos estudos (f = 14; 5%), conflitos de relacionamentos diversos (f = 13; 4%). Dos 197 atendimentos realizados no ano de 2023, observou-se que a maior procura pelo serviço se deu nos meses de maio (n = 26; 13%), junho (n = 28; 14%) e setembro (n = 33; 17%) que correspondem ao meio do semestre letivo, período de maior sobrecarga emocional e período de provas. A partir do acolhimento no Plantão Psicológico, a orientação mais indicada foi a Psicoterapia, seguida pela Psicoterapia Breve. Muitas das queixas identificadas podem ser entendidas como comuns a vários estudantes, e não apenas como questões individuais isoladas. Como exemplo, a 'ansiedade' ou 'sintomas depressivos' são queixas que se relacionam com o sofrimento mental e podem implicar em consequências físicas, sociais e educacionais, assim como, na evasão do curso. Tendo em vista a importância do desenvolvimento de estratégias com o público discente que apoiem e facilitem a sua permanência com qualidade e bem-estar no Ensino Superior, tais demandas apontam para a possibilidade de intervenções preventivas, psicoeducativas e coletivas. Dado a gravidade dos dados, concluímos que é necessário ampliar o espectro de atuação, criando novos modos de acesso, sensibilização e acolhimento dos discentes no espaço educacional, através de reflexões grupais e de prática interdisciplinar, a fim de promover a reflexão crítica e fomentar a autonomia socioemocional frente às demandas pessoais e coletivas na graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Escolar. Plantão Psicológico. Saúde Mental.

PSICOLOGIA ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR:

REFLEXÕES SOBRE O PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, A. C. G.; PATIAS, N. D.; ABAID, J. L. W.. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. **Psicologia Escolar e Educacional,** v. 18, n. 1, p. 105–111, jan. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100011. Acesso em: 29 mar. 2024.

ALMEIDA, S. F. C. et al. Concepções e Práticas de Psicólogos Escolares acerca das Dificuldades de Aprendizagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** v. 11, n. 2, p. 117-134, mai-ago 1995. Disponível: https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/ 17240. Acesso em: 29 mar. 2024.

GOMES, C. A. V.. O lugar do afetivo no desenvolvimento da criança: implicações educacionais. **Psicologia em Estudo,** v. 18, n.3, p. 509-518, jul./set. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/SfrDL3FRH93VPXXz76Gxfvm/abstract/?lang =pt#. Acesso em: 29 mar. 2024.

LOURENÇO, D. S.; WIRZBICKI, S. M. Contribuição da teoria histórico-cultural: um olhar para as interações em sala de aula a partir dos anais do ENEBIO. **Revista Insignare Scientia - RIS,** v. 4, n. 3, p. 110-128, mar. 2021. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/12123. Acesso em 29 mar. 2024.

BASTOS, A. B. B. I. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicol inf,** v. 14, n. 14, p. 160-169, out. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010. Acesso em: 30 mar. 2024.

FÓRUM DE ASSUNTOS ESTUDANTIS:

UM CASO DE SUCESSEO EM GESTÃO PARTICIPATIVA E COLABORATIVA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

CÂNDICE LISBOA ALVES
ELAINE CALDERARI SARAIVA
ADEON SOUZA DO AMARAL

A gestão pública enfrenta desafios significativos devido a restrições orçamentárias e de recursos humanos, enquanto a demanda por serviços continua a crescer rapidamente. Nos últimos anos, houve uma transformação cultural na gestão pública, com a criação de mecanismos para melhor atender às necessidades das instituições, dentre elas a participação popular, agora obrigatória por lei em diversas instâncias e temáticas1, que traz ferramentas para coletar informações e dados, promovendo uma abordagem colaborativa na busca por soluções para problemas, comuns e complexos. Ao mesmo tempo, a gestão da educação nas Instituições de Ensino Superior (IES) é amparada pelo princípio da autonomia universitária, que abarca os setores didático-científico, administrativo, financeiro e patrimonial. A administração pública educacional deve estar alicerçada, também, em 3 (três) pilares, que são: planejamento, gestão e avaliação da educação. A "gestão da educação precisa preocupar-se com os três pilares administrativos. Quando se planeja alguma ação, quando se executa essa ação e quando se avalia a efetividade dessa ação é que a gestão educacional demonstra fluir em uma IES". (GAMA; SANTOS, 2020). Isso significa a adoção de um modelo de gestão descentralizada e horizontal, que incentiva a participação ativa de todos(as) na tomada de decisões e promove um ambiente aberto para contribuições, fortalece o senso de pertencimento e envolvimento das partes interessadas, ressignificando ações e atividades para atender melhor às necessidades das comunidades universitárias. Diante desse contexto, o presente trabalho se presta a analisar as dinâmicas dos Fóruns de Assistência Estudantil (FAE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como instrumento de promoção de uma gestão participativa e colaborativa que incorpora as vozes e necessidades dos estudantes na tomada das decisões. A hipótese de trabalho é que ao inserir os estudantes na tomada das decisões de gestão fortalece-se o senso de pertencimento, além de a gestão superior alinhar suas ações e investimentos nas demandas reais do público da assistência estudantil, incrementando a permanência estudantil. O método de trabalho foi o bibliográfico e exploratório, com estudo de caso dos últimos fóruns de assistência estudantil, promovidos entre os anos de 2016 a 2024. A gestão democrática é um modelo caracterizado pela definição de políticas, projetos, programas, ações e atividades que permitem não apenas a participação das gestões superiores, mas de todos os envolvidos(as), beneficiários(as), comunidade interna ou externa, assegurando a representatividade e a participação ativa, que podem ser praticados por meio de práticas como assembleias, audiências públicas, plenárias, congressos, conferências, fóruns entre outros (GAMA, SANTOS, 2020). A UFU iniciou esse modelo de gestão, alinhado com a demanda colaborativa, na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae)2 visando a garantir uma escuta especializada, ampliar as vozes estudantis, envolver grupos ou indivíduos que possam contribuir com sua experiência, formação ou vivência. Essa abordagem tem demonstrado resultados positivos e assertivos para a instituição e inspirou a criação do Fórum de Assuntos de Estudantis (FAE), regulamentado pela Resolução Consun nº 06/2016 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2016). Conforme o art. 2º da Resolução, o FAE é um orgão consultivo, convocado semestralmente de forma ordinária, ou sempre que necessário de forma extraordinária, com os objetivos de: "I - possibilitar ao corpo discente espaço permanente de debate, proposição, negociação e reivindicação de políticas de

FÓRUM DE ASSUNTOS ESTUDANTIS:

UM CASO DE SUCESSEO EM GESTÃO PARTICIPATIVA E COLABORATIVA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

assistência estudantil; II- encaminhar demandas ao Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2016). O FAE auxilia no planejamento das atividades nas áreas de atuação da Assistência Estudantil, na avaliação e retorno das ações já realizadas, e no orçamento participativo. No FAE, no primeiro semestre do ano, é apresentado o balanço anual do ano anterior, por área de atuação, e no segundo semestre definem-se as estratégias e ações para distribuição financeira, com planejamento de atividades no próximo ano. Desde 2016, foram realizados 11 (onze)3 versões do FAEs, sendo suspenso apenas em 2020, a pedido das próprias entidades, devido a pandemia. Na época houve sua substituição por rodas de conversas para continuidade do diálogo, mesmo que virtualmente,junto às entidades estudantis. O Fórum de Assuntos Estudantis (FAE) é composto por uma ampla gama de representantes, incluindo Diretórios Acadêmicos (DAs), Centros Acadêmicos (CAs), Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs), Baterias universitárias, Cheerleaders, Programas de Educação Tutorial (PETs), Empresas Juniores (EJs), Coletivos, Grêmios Estudantis, Ligas Acadêmicas e outros. Além disso, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) é ator constante. Em 2023, novos atores ingressaram: representantes da Associação de Pós-Graduandos (APG), Escola Técnica de Saúde (Estes) e Escola de Educação Básica (Eseba), ampliando o diálogo sobre assistência estudantil a diversos níveis de escolaridade4 na UFU. A metodologia adotada, a partir de 2018promove o debate coletivo de forma organizada e qualificada com entidades estudantis de todos os da UFU. É estruturada com mesas e painéis temáticos que buscam identificar propostas coletivas e individuais que são demandas da Assistência Estudantil. Cada mesa temática é mediada por um membro da equipe técnica da Proae ou um convidado(a), especialista na área, cujo papel é coletar, esclarecer e sistematizar os questionamentos apresentados. O mediador(a) está disponível para dúvidas, com intervenção mínima, priorizando as opiniões e questionamentos dos(as) participantes. Em cada Fórum, são definidas categorias para consulta aos(as) estudantes, como potencialidade, fragilidade, desejabilidade, viabilidade e prioridade. Após as discussões, ocorre uma votação para determinar as temáticas mais importantes a serem debatidas. Os(as) participantes usam post-its para expressar suas opiniões, que são colados em um painel para votação. Cada participante recebe adesivos para concordar ou discordar dos questionamentos apresentados. As 5 (cinco) questões mais votadas em cada área de atuação do Pnaes retornam às mesas para ampliação das discussões e definição de recomendações, formando um catálogo de propostas ao final do evento, que é o documento fundamental para orientar as metas e ações estratégicas de cada diretoria e divisão da Proae no ano seguinte. Entende-se que esse modelo possibilita a criação de espaços aptos a ouvir e sistematizar demandas apontadas em cada versão, sendo eles: a) espaços que promovam a troca de experiências e vivên- cias, amplia a voz dos (as) estudantes, reconhece propostas individuais e coletivas, estimula a alteridade, Oportuniza conversa direta com a gestão para esclarecer dúvidas e "fakenews", transmitem-se informações e acesso a dados; b) espaços que estimulem a participação e contribuição sob diferentes olhares, ideologias e necessidades, construindo caminhos assertivos e inclusivos,com ações operacionais, estratégicas e culturais capazes de distinguir a desejabilidade, a viabilidade e a prioridade e, c) espaços de observação e de experimentação para materializar o campo das ideias para a prática do mundo real, criando-se solução inéditas, fruto do compartilhamento, da somatória e da multiplicação de propostas, para a tomada de consciência, de decisões e consequentemente de resultados melhores e mais assertivos.

FÓRUM DE ASSUNTOS ESTUDANTIS:

UM CASO DE SUCESSEO EM GESTÃO PARTICIPATIVA E COLABORATIVA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Estudantil. Gestão Colaborativa e Participativa, Fórum de Assuntos Estudantis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL, **Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010.** Disponível em: <ht- tps : // www. planalto. gov. br/ccivil_ 03 /_ato 2007- 2010 / 2010 /decreto/d7234.htm>. Acesso em 22 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resolução n° 15, de 26 de junho de 2009,** do Conselho Universitário, que dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia Disponível em: <https://www.proae.ufu.br/legislacoes/resolucao-consun-ufu--no-15-2009-politica-de-assistencia-estudantil-da-ufu>. Acesso em: 22 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resolução n° 06, de 29 de abril de 2016,** do Conselho Universitário, que dispõe sobre a criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) aprovada pelo Conselho Universitário. Disponível em: <https://www.proae.ufu.br/legislacoes/resolucao-consun-ufu-no-06-2016-criacao-da-proae >. Acesso em: 22 abr. 2024.

GAMA, SANTOS. **Gestão na educação superior e as avaliações de suas práticas.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 02, p. 458-476, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/FcwGqFQjDWWvFsqfyby-VLQy/?format=pdf. Acesso em: 22 abr. 2024.

UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PROMOVENDO UM AMBIENTE ACOLHEDOR E DE ESCUTA PARA DISCENTES

IGOR CAMPOS DE ANDRADE

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é uma instituição de ensino superior pública que se dedica não apenas ao ensino, pesquisa e extensão, conforme ensina Tartaruga (2010), mas também à criação de um ambiente acadêmico saudável e inclusivo para discentes. Dentro desse contexto, vinculada ao Gabinete do Reitor e ao Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, a Comissão de Ética desempenha um papel fundamental na promoção de uma cultura de integridade e respeito. Além de aconselhar dirigentes e servidores, ela representa a instituição na Rede de Ética do Governo Federal e aplica o Código de Ética Profissional do Servidor Público, bem como tem competência para propor melhorias no código, esclarecer dúvidas e lidar com casos não previstos. A Comissão também investiga comportamentos éticos inadequados, seja por denúncia ou por iniciativa própria, e recomenda, acompanha e avalia ações dentro da universidade para promover a disseminação, capacitação e treinamento em ética e disciplina. O presente estudo visa analisar como o discurso da Comissão de Ética contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento de discentes à UFU, ao estabelecer um ambiente acolhedor e receptivo. Além disso, busca-se compreender sua atuação proativa na orientação, prevenção e resolução de conflitos éticos, visando assegurar a preservação e o cultivo dos valores éticos em toda a comunidade universitária. Para este estudo, será adotado um método indutivo, de acordo com Gil (2003), mediante uma revisão bibliográfica extensiva para explorar as diferentes perspectivas teóricas e conceituais relacionadas à ética, à análise do discurso e ao pertencimento. A partir dessa revisão, serão identificados padrões e tendências emergentes, que orientarão a análise do discurso da Comissão de Ética da UFU. Dessa forma, a abordagem indutiva propiciará a construção gradual de um entendimento mais amplo e contextualizado sobre o papel da Comissão de Ética na promoção do pertencimento de discentes da comunidade universitária. Em seguida, será conduzida uma breve análise do discurso do Regimento Interno da Comissão de Ética da UFU, assim como das estratégias utilizadas em mídias sociais para tratar sobre temas recorrentes, estratégias discursivas e valores transmitidos pela Comissão em suas práticas. Este enfoque proporcionará uma análise abrangente do papel desempenhado pela Comissão de Ética na promoção do pertencimento de discentes à comunidade universitária, com o objetivo de garantir que se sintam respeitados e ouvidos na instituição. Através da análise do discurso da Comissão, será possível investigar não apenas as palavras utilizadas, mas também as ações e políticas que permeiam sua atuação. Dessa forma, será possível investigar como questões relacionadas à ética são abordadas, como denúncias e reclamações de estudantes são conduzidas, e como garantir a transparência em todo o processo. A análise minuciosa desses aspectos proporcionará uma compreensão mais profunda do impacto da Comissão de Ética na comunidade universitária e poderá fornecer perspectivas importantes para o aprimoramento de suas práticas. A análise do discurso da Comissão de Ética da UFU, à luz da perspectiva teórica de Patrick Charaudeau (2010), revelou aspectos significativos sobre a dinâmica na relação com discentes. Nesse estudo, foi essencial compreender não apenas o conteúdo literal das mensagens transmitidas pela Comissão, mas também os mecanismos de produção, circulação e recepção desses discursos, assim como os efeitos de sentido por eles produzidos, conforme ensina Eni Orlandi (2009). Utilizando a metodologia de análise do discurso proposta por Charaudeau (2010), foi analisado o

Regimento Interno da Comissão de Ética e as estratégias discursivas em

UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PROMOVENDO UM AMBIENTE ACOLHEDOR E DE ESCUTA PARA DISCENTES

mídias sociais, considerando tanto os aspectos linguísticos quanto os aspectos sociocomunicativos envolvidos. A análise buscou identificar as estratégias discursivas utilizadas pela Comissão para despertar a atenção de discentes. Os resultados da análise revelaram uma diversidade de recursos linguísticos e discursivos empregados pela Comissão de Ética. Nesse sentido, a linguagem não é apenas um veículo de transmissão de informações, mas também uma ferramenta de poder, capaz de influenciar as percepções e atitudes dos membros da comunidade universitária. A análise do discurso revelou como a Comissão de Ética utiliza a linguagem como instrumento para promover uma cultura organizacional pautada na ética e na integridade, em prol do fortalecimento do sentimento de pertencimento de discentes à UFU. Por meio de suas ações, a Comissão não apenas auxilia na prevenção e resolução de conflitos éticos, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes, éticos e responsáveis. Portanto, é imprescindível que a UFU continue a investir e apoiar o trabalho da Comissão de Ética, reconhecendo sua importância para a construção de uma comunidade acadêmica mais justa, inclusiva e ética. É necessário que a Comissão possua uma estrutura sólida e organizada, que esteja verdadeiramente acessível para ouvir as reclamações e preocupações de discentes. Além de funcionar como um espaço receptivo para receber denúncias, a Comissão se empenha na promoção da mediação de conflitos, além do caráter educativo da prevenção, uma vez que ela não se limita a intervir em situações já ocorridas, mas também trabalha de forma proativa na orientação e conscientização de servidores sobre questões éticas. Essa postura proativa não apenas facilita a resolução de conflitos, como também contribui significativamente para a construção de uma comunidade universitária mais consciente e colaborativa, o que promove um forte senso de pertencimento. A Comissão de Ética assegura aos denunciantes a liberdade de procurá-la sempre que necessário, com a opção de manter a identidade protegida, caso desejem, pois o anonimato é conhecido por proporcionar maior segurança a quem denuncia. Fazer parte de uma instituição também implica ter a voz respeitada nos ambientes, sem receio de represálias por expressar posicionamentos divergentes. O senso de pertencimento de estudante a uma universidade pública vai além de se sentir apenas parte de uma comunidade acadêmica, pois abrange também a sensação de segurança e proteção ao expressar preocupações, reportar irregularidades ou buscar orientação em situações de conflito. Nesse contexto, a atuação da Comissão desempenha um papel fundamental ao garantir o acolhimento e apoio a estudantes em sua jornada acadêmica. Quando estudantes têm a segurança de que a Comissão de Ética é uma porta aberta sempre que precisarem, isso fortalece o seu senso de pertencimento à comunidade universitária, assim como aumenta a confiança na instituição para lidar com questões éticas e conflitos, o que promove um ambiente de respeito e harmonia.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Estudantil. Gestão Colaborativa e Participativa, Fórum de Assuntos Estudantis.

FINANCIAMENTO: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PROMOVENDO UM AMBIENTE ACOLHEDOR E DE ESCUTA PARA DISCENTES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2010.

GIL, Antônio. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ORLANDI, Eni. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** São Paulo: Pontes, 2009.

TARTARUGA, Iván. G. P. **As inovações nos territórios e o papel das universidades: notas preliminares para o desenvolvimento territorialno Estado do Rio Grande do Sul.** Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT). Porto Alegre, 2010.

PERMANÊNCIA

COORDENAÇÃO: ILZA MARIA DA SILVA ALVES

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: REFLEXÕES SOBRE A SUA PRÁXIS PROFISSIONAL.

DANIELA DA CUNHA LOPES ALMEIDA

A Educação Superior, mais especificamente a Assistência Estudantil, ainda é um campo de atuação recente da Psicologia. A partir dos anos 2000, com a expansão do acesso a este nível de ensino e a execução de várias políticas públicas, como o programa Reuni e a Política de Cotas, o perfil de estudantes das universidades públicas alterou-se significativamente e, assim, as universidades públicas se tornaram mais plurais, com a possibilidade de acesso aos estudantes que até pouco tempo eram excluídos desse nível de ensino. Tendo como foco a permanência, em 2007 foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da Portaria Normativa n. 39/2007, sendo este alterado em 2010 para o Decreto n. 7.234, o qual reiterou as ações da assistência estudantil nas IES públicas, referindo as seguintes áreas para atuação: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010). No ano seguinte, com a consolidação do programa e a destinação de verbas específicas para a assistência estudantil, concursos públicos foram abertos para contratação de profissionais. Inicialmente, disponibilizaram vagas para assistentes sociais, tendo em vista a necessidade de concretização dos direitos sociais, como a organização de auxílios voltados para os eixos de moradia e alimentação. Posteriormente,surgiu a necessidade de outros profissionais, tais como pedagogos e psicólogos, considerando a pluralidade de fatores relacionados a traje- tória e permanência do(a) estudante nestas instituições (Menda et al., 2022). Desta forma, as transformações ocorridas neste contexto, reafir-madas pelas alterações nas políticas públicas relacionadas à permanência na Educação Superior, exigem da Assistência Estudantil responsabilidades para concretizar esse acesso, reduzindo níveis de desigualdades, mirando as condições para que os discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica possam gozar das mesmas oportunidades educacionais e obter uma formação integral com qualidade. Emerge, então, a necessidade de fomentar discussões que reflitam sobre o papel da Psicologia nesse campo de atuação. Por isso, este trabalho tem como objetivo discutir sobre a atuação da Psicologia na Assistência Estudantil, abordando contribuições e reflexões embasadas no campo de conhecimento da Psicologia Escolar e Educacional. Utilizou-se o método bibliográfico e exploratório, abrangendo estudos publicadas nos últimos dez anos que tratam sobre a temática. Sobre o assunto, Ma- rinho-Araújo (2015) sinaliza que nas pesquisas mantem-se uma ênfase na atuação direcionada ao estudante universitário ou mesmo ao profes- sor, com uma perspectiva individualizante e descontextualizada, a qual ainda corresponde ao imaginário hegemônico de atuação da Psicologia na nossa sociedade. Neste sentido, é preciso romper com práticas exclusivamente individuais, buscando alterar o eixo de atuação do "foco do indivíduo para o coletivo da instituição e seus processos, programase sistemas, para as políticas de gestão e de avaliação" (p. 150). Isto porque a Educação Superior é um fenômeno social e histórico, carregado de contradições em seu interior, lugar em que o trabalho do(a) psicólogo(a) deve ampliar a compreensão dos processos educativos para além do ensino e das aprendizagens dos conhecimentos, sendo neces- sário englobar as dimensões sociopolítica, econômica, ética e cultural. Por isso, sua atuação deve ter como meta contribuir para a formação integral de profissionais [...] aptos e atenderem as demandas e aos desafios manifestados pela sociedade, a construírem o conhecimento, a contribuírem no combate às desigualdades sociais e regionais, a auxilia-

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: REFLEXÕES SOBRE A SUA PRÁXIS PROFISSIONAL.

rem na inclusão de pessoas e a reafirmarem o respeito as diferenças (Marinho-Araújo, 2015, p. 151). Portanto, a atuação da Psicologia Escolar e Educacional na Educação Superior requer a inclusão de todos os componentes do processo educativo, ou seja, discentes, docentes, técnicos e gestores. No que se refere ao público discente, durante o acolhimento individual ou em grupo, o(a) psicólogo(a) amplia sua compreensão sobre as teias de significados presentes nas relações e nos seus processos educativos, desvelando as nuances do processo de permanência estudantil. No entanto, a atuação da Psicologia dentro da Assistência Estudantil encontra vários desafios, entre eles o fato de que os próprios documentos que fundamentam a Assistência Estudantil no Brasil, como por exemplo, o PNAES, e mais recentemente, a Política1, não fornecem diretrizes para a atuação dos profissionais no campo. De um lado, o programa possibilita a autonomia das IFEs em propor ações que considerem as especificidades das demandas do contexto educacional, e por outro lado, "aborda a necessidade do desenvolvimento de ações estratégicas na área de atenção à saúde do estudante no enfrentamento de desigualdades sociais" (Oliveira; Gomes, 2020, p. 616). Ou seja, fica a cargo de cada instituição direcionar os recursos financeiros, as ações de Assistência Estudantil que poderão ser realizadas e os respectivos profissionais envolvidos nessas práticas. Outro complicador é a ausência de um documento orientador para a atuação da Psicologia nesse campo, assim como já acontece na Educação Básica por meio das Referências Técnicas para atuação de psicólogo(a) na Educação Básica publicada em 2019 pelo Conselho Federal de Psicologia. Entretanto, já existe por parte da categoria uma mobilização com a demanda para a construção de um documento similar, apontando os caminhos possíveis para a atuação do psicólogo no campo da Educação Superior. Estas mudanças são importantes no sentido de afirmar o caráter ético-político da Psicologia, reforçando o compromisso social da categoria no processo de democratização da Educação Superior no nosso país, articulado com a pesquisa, o ensino e a extensão. Por isso, Matos, Santos e Dazzani (2015) defendem que na sua atuação o(a) psicólogo(a) precisa ter um olhar ampliado da Assistência Estudantil, no intuito de não reduzir a permanência aos aspectos materiais e/ou financeiros, mas promover uma concepção de sujeito integral no intuito de promover o bem-estar biopsicossocial desses sujeitos. Para as autoras, caso a Assistência Estudantil limite a sua atuação a estes aspectos, continuará reforçando o lugar social que os jovens universitários ocuparam por muito tempo: "[...] o lugar da sobrevivência". Esta ideia evidencia uma "concepção reducionista do jovem pobre, porquanto não é dada a devida atenção a outros aspectos que atravessam a sua condição […]". Além disso, destacam que o psicólogo "[...] é um ator social e profissional que tem as condições, o dever e o compromisso ético de defender um olhar ampliado sobre a Assistência Estudantil, pois, ao fazer isso, estará, também, promovendo uma concepção de sujeito integral e afirmando o direito social, de todo estudante, de ser assistido (Matos; Santos; Dazanni, 2015, p. 124). Diante das dificuldades no estabelecimento dos limites e possibilidades de práticas enfrentadas pelos (as) psicólogos(as) que atuam na Assistência Estudantil, Oliveira (2016) aponta que a atuação e a concepção sobre seu papel evidenciam a "interface Psicologia/Saúde/Educação em uma perspectiva de promoção da saúde do estudante universitário" (p. 239). A autora concluiu também que os fatores que compõem este campo nos permitem reconhecer que estes profissionais podem ser identifica- dos como psicólogos(as) escolares, mesmo que muitos ainda não se reconheçam nessa função, auxiliando desta forma na consolidação de uma identidade profissional para a área da Assistência Estudantil. Com base no que foi exposto, é evidente a relevância do trabalho do(a) psicó-

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: REFLEXÕES SOBRE A SUA PRÁXIS PROFISSIONAL.

logo(a) escolar na Educação Superior, especificamente na Assistência Estudantil, e o impacto da expansão de sua atuação para a permanência e a conclusão do curso. O compromisso com escolhas teóricas e metodológicas críticas que respaldem uma atuação contextualizada com o cenário social e político atual é de suma importância para o enfrentamento dos desafios presentes na realidade brasileira. A sua prática, como vimos, deve estar vinculada a uma intervenção abrangente, institucional e coletiva, para além de um trabalho predominantemente individual, que possa compreender e aprofundar o compromisso das instituições de ensino superior com a formação integral, com o enfrentamento às desigualdades e a emancipação da consciência crítica dos(as) estudantes na luta pela garantia dos seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Permanência Estudantil, Psicologia, Práxis Profissional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto n. 7.234, 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Brasília: Presidência da República, 2010.

MARINHOARAÚJO, C. M. **Psicologia escolar na educação superior: novos cenários de intervenção e pesquisa.** In MarinhoAraújo, C. M. (Org.). Psicologia Escolar: Novos Cenários e Contextos de Pesquisa, Formação e Prática, Campinas: Alínea, 2015.

MATOS, A. S.; SANTOS, J. V. K., DAZZANI, M. V. M. **O psicólogo escolar na educação superior: promovendo um olhar ampliado sobre a assistência estudantil.** In Dazanni, M. V.; Souza, V. L. T. (Orgs.), Psicologia Escolar Crítica: Teoria e Prática nos Contextos Educacionais, Campinas:Alínea, 2015.

MENDA, C., SEIBT, L. T.; WEARICK, L. E. W.; KRISTENSEN. C. H. P**erfil das equipes de assistência estudantil nas universidades federais do Brasil no atendimento à saúde mental dos estudantes**. Campinas; Sorocaba, SP: Avaliação, v. 27, n. 03, p. 591-608, dez. 2022.

OLIVEIRA, A. A. S., GOMES, L. M. L. S. **A psicologia nos contextos de desigualdade: ações em debate na assistência estudantil.** São Paulo, SP: Rev. psicol. Polít, vol.20, n.49, set./dez. 2020.

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E ANÁLISE DE RENDA:

DIFERENCIAÇÕES NECESSÁRIAS

CAROLINA POSWAR DE ARAÚJO CAMENIETZKI
MERIELLE MARTINS ALVES
SUÉLEN VILELA CRUVINEL FLORES
CLARA RODRIGUES DA CUNHA OLIVEIRA

Historicamente, o acesso a políticas sociais de redistribuição de renda se dá via estudo das condições de reprodução socioeconômica da população. Em um contexto de recrudescimento dos direitos sociais, com investimentos cada vez menores para as políticas públicas e sociais em detrimento do incentivo privado, o acesso a estas políticas têm sido cada vez mais seletivas e excludentes. Este trabalho, construído a partir de estudo bibliográfico e documental, visa elucidar as principais diferenças entre a análise socioeconômica e a análise de renda, considerando que compreender estes conceitos é fundamental para a construção de processos de acesso mais ampliados e qualitativos das políticas públicas e sociais, das quais a assistência estudantil faz parte. Neste sentido, defende-se o fazer profissional comprometido com a democratização e acesso aos direitos, tendo como referência o trabalho da equipe de assistentes sociais da Divisão de Assistência e Orientação Social (DIASE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na construção de seus instrumentais técnicos. Para Paula (2023), os instrumentos, técnicas e procedimentos são mediadores das competências e atribuições para efetivar os direitos sociais da população atendida. Por isso, suas escolhas devem estar pautadas em princípios éticos basilares da profissão. A autora ainda destaca que a escolha e formulação do fazer profissional devem estar aproximados ao máximo das intencionalidades da(do) assistente social e não dos objetivos institucionais, superando assim o que está instituído e posto no cotidiano profissional. Diante da explicitação da questão social, entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, há que se questionar: De que forma os governos e instituições a compreendem e formulam mecanismos para o combate às suas expressões? A questão social tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2008, p. 176). A forma pela qual a questão social é compreendida em sua relação com as expressões de desigualdades na sociedade, é primordial no que se refere à construção das políticas públicas e sociais. As lógicas construídas pelos programas e ações podem trilhar uma concepção de múltiplas causalidades, compreendendo as desigualdades como determinantes do contexto político-econômico do seu tempo, ou, uma concepção monocausal; o que perde a amplitude e complexidade de relações a qual se insere a questão social. No âmbito da assistência estudantil, é importante ter esse horizonte de análise, pois é a forma pela qual as desigualdades e formas de exclusão são compreendidas que determinará como suas ações serão formuladas, implementadas, qual seu alcance e público alvo. A análise socioeconômica é instrumento de competência técnica do(a) assistente social para arealização de estudos socioeconômicos. É utilizada para fins de acesso abenefícios sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, conforme determina a Lei nº 8.662/1993, além de compor o estudo social realizado pelo(a) assistente social com o objetivo de fundamentar a emissão de um parecer técnico do profissional. A análisepauta-se na compreensão da realidade em que se insere o sujeito e suasrelações, de modo a possibilitar o conhecimento das situações que possam ser objeto de intervenção (Fávero, 2004; Mioto, 2009). Os(as) assistentes sociais da DIASE, ao utilizarem esta técnica em seus

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E ANÁLISE DE RENDA:

DIFERENCIAÇÕES NECESSÁRIAS

processos de trabalho, podem identificar o perfil socioeconômico do(a) estudante no âmbito de sua família, a fim de caracterizá-lo(a) como público-alvo dos programas de auxílios previstos na Política de Assistência Estudantil de acordo com a Portaria PROAE nº 18 de 20201 que instituiu a metodologia de análise socioeconômica. Embora tenham sido utilizadas diferentes metodologias no decorrer dos anos, dada às questões econômicas e sociais postas, a equipe buscava a elaboração e execução de uma metodologia específica com o objetivo de atender a realidade dos discentes da universidade, as especificidades do contexto universitário e o impacto socioeconômico nas famílias com o ingresso de um dos seus membros no ensinosuperior. Além disso, buscava subsidiar o estudo social, processo metodológico específico do Serviço Social, que visava conhecer de forma crítica uma determinada expressão da questão social, levando em consideração a totalidade do sujeito social, sendo este um instrumental que garantisse um processo mais completo de conhecimento, análise e interpretação da realidade apresentada pelo estudante. Após um longo período de discussão e estudos conseguiu-se chegar em uma que atendesse aos objetivos propostos. Ametodologia utilizada atualmente expressa não apenas a dimensãotécnico-operativa, mas também ético-político a qual estão alinhados osprofissionais do setor. tiliza-se a análise socioeconômica em detrimentoda análise de renda por entender que esta não consegue exprimir maiores elementos da totalidade da vida do estudante. A teoria crítica aponta que as principais características da análise de renda são sua seletividade, o corte temporal e a perspectiva da individualidade, desconectando o sujeito do seu contexto social (CFESS, 2020). Este instrumental serve à tendência de focalização e exclusão das políticas no contexto do capitalismo financeiro que busca diminuir o alcance do Estado e aumentar a oferta de serviços enquanto mercadoria. Ainda, pode-se afirmar que a análise de renda constitui em instrumento restrito, monocausal e focalizado, utilizado como instrumento de controle social de políticas públicas e sociais cada vez mais seletivas e restritivas, o que atende ao interesse do capital que tem como premissa o Estado mínimo e responsabilização individual do sujeito. É fundamental compreender a forma como o capitalismo financeiro pressiona a disputa pelo fundo público, sendo o ajuste estrutural preconizado pelo mercado como necessário à sobrevivência do sistema, o maior fator de desresponsabilização estatal para com o enfrentamento da questão social. É relevante esse entendimento em função de a assistência estudantil também estar inserida em um campo de disputa. Disputa porque é parte de um projeto maior de educação e está envolta de intencionalidades e concepções que transitam entre o alargamento de possibilidades a qual pode atuar, ou sobre a restrição e focalização das suas diretrizes. Neste aspecto, o trabalho realizado pela equipe de assistentes sociais da DIASE, ao construir e escolher a análise socioeconômica como instrumento viabilizador dos direitos dos estudantes, pauta-se em uma metodologia de trabalho comprometida com a justiça social. Reitera-se que "o trabalho da/o assistente social possui uma dada finalidade social, construída historicamente pela categoria profissional em conjunto com a classe trabalhadora e, portanto, não se limita às finalidades institucionais e nem se confundem com anseios individuais/pessoais" (CFESS, 2019). Tendo em vida a condição de trabalhador assalariado do(a) assistente social, ressalta-se a sua autonomia relativa no exercício do trabalho, pois sua atuação é perpassada pelos direcionamentos institucionais. Por isso, no processo de concessões de auxílios da assistência estudantil da UFU, o resultado do estudo social, do qual a

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E ANÁLISE DE RENDA:

DIFERENCIAÇÕES NECESSÁRIAS

análise socioeconômica é parte, apresenta o parecer técnico do(a) profissional amparado em critérios socioeconômicos, definidos a partir dos compromissos ético-políticos apontados neste trabalho. Este parecer subsidia a decisão da gestão da instituição no resultado final das solicitações de seus programas, sendo este também determinado pelos critérios administrativos definidos institucionalmente. O compromisso da equipe técnica de assistentes sociais é, ao utilizar a metodologia publicada na Portaria 18/2020, ampliar as condições de acesso dos estudantes à assistência estudantil na defesa da justiça social e ampliação dos direitos. O posicionamento da equipe é sempre de considerar a totalidade das condições de reprodução social dos estudantes na perspectiva ampliada, no enfrentamento da visão restritiva, punitiva e focalizadora da Política Nacional da Assistência Estudantil. Em síntese, considerando os aspectos pertinentes à análise socioeconômica e análise de renda apresentados neste trabalho, defende-se a primeira como importante instrumento que apresenta todas as dimensões da vida do estudante enquanto sujeito social, não delimitando à uma análise pontual e restritiva como a que se apresenta na análise de renda. Neste sentido, o trabalho da equipe técnica de assistentes sociais da DIASE defende a análise socioeconômica como um dos elementos centrais para a garantia e democratização do ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Socioeconômica, Análise de Renda, Assistência Estudantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social. Nota Técnica - CFESS em defesa das atribuições profissionais da(o) assistente social do INSS, do trabalho com autonomia profissional e com garantia das condições técnicas e éticas.** Brasília: CFESS, 2019. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2019Cfess-NotaTecnicaINSS.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições Privativas do/aass social em questão.** Volume 02. Brasília: CFESS, 2020. Disponível https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica.** In: CFESS (Org.). O Estudo social em perícias, laudos, pareceres técnicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo.** In: MOTA, Ana E. et al, (Orgs.). Serviço social e saúde. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Estudos socioeconômicos. In: CFESS/ ABEPSS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. p.481-496.

PAULA, Luciana G. de P. **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais.** IN: HOSRT, Claudio H. M.; ANACLETO, Talita Freire. A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais. Belo Horizonte: CRESS, 2023.

INCLUSÃO

COORDENAÇÃO: ANTÔNIO NETO FERREIRA DOS SANTOS

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ATRAVÉS DO ESPECTRO:

RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA CONDIÇÃO AUTISTA (TEA) PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADES

MARIA ISABEL SILVA DE MORAIS

Na contemporaneidade, a expansão do Ensino Superior como processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico trouxe a diversificação das modalidades de ensino, bem como a organização das instituições desse segmento. Nesse sentido, para manutenção no mercado competitivo da educação particular ou no cumprimento dos critérios das legislações de ranqueamento, muitas Instituições de Ensino Superior têm implantado a educação inclusiva como forma de atender aos alunos com deficiência, sejam eles ingressantes por cotas ou não. Antes mesmo da Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015 (Estatuto daPessoa com deficiência), a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) e a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 (Lei de cotas), os alunos com deficiência contavam com o Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Essa resolução superior de 2010 dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, a ser seguido nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), articulando as ações com atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas áreas de Assistência estudantil, como versa no parágrafo primeiro do artigo terceiro: ações: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Sobre esse último trecho, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento é um campo a ser desbravado, não apenas para as adaptações de autistas jovens e adultos, mas também para a equipe profissional e docente da IFES. Em consonância com tal linha do tempo, uma das profissões que merece destaque nesse mote é o Serviço Social. Os profissionais Assistentes Sociais que atuam na área da educação, por meio de suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico- operativa, garantem direitos aos estudantes e familiares. Ainda que existam metodologiastípicas de cada atividade profissional, há de se agregar o fator e capitalhumano em sua execução. Nesse sentido, como seria o atendimento deestudantes, vinculados à educação inclusiva ou não, por um Assistente Social na condição do transtorno do espectro autista (TEA)? Quais seriam os desafios enfrentados e a as contribuições dessas interações? Buscando por essas respostas, esse trabalho visa, a partir da perspectiva da Assistente Social na condição TEA, demonstrar as possibilidade de promoção de igualdades e inclusão da neurodiversidade no ensino superior. Para esse fim, narra-se um relato de experiência como forma de demonstrar as ações realizadas no ano de 2023, destacando a pesquisa qualitativa como base para o registro das atividades de uma Universidade Federal no sul de Minas Gerais. A inediticidade e relevância da narrativa contribui política, acadêmica e cientificamente, considerando os aspectos: 1) Inclusão e integração a partir de informações/conhecimento sobre a promoção e garantia dos direitos dos estudantes; 2) Fortalecimentos dos laços afetivos e culturais entre os alunos, sobretudo, aqueles considerados em situação de vulnerabilidade (desigualdades sociais, étnico raciais, sexualidade e identidade de gênero no espectro da diversidade e neurodivergentes);

3) Geração de canal de comunicação, identificação e proximidade nos espaços escolares e não escolares nos quais as ações se deram. Para melhor elucidar o tecido da Assistência Estudantil dessa IFES, vale ponderar que a equipe é composta por assistentes em administração, assistentes sociais (4), psicóloga (1), pedagoga (1) e estagiário do administrativo (1) e psicologia (2). Até o momento, abril de 2024,

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ATRAVÉS DO ESPECTRO:

RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA CONDIÇÃO AUTISTA (TEA) PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADES

contando com uma equipe pequena, a Assistência Estudantil se situa como Diretoria no organograma da Pró-reitora de Graduação. Tais circunstancias institucionais moldam a rotina das atividades, favorecendo as ações pontuais e/ou apoio do movimento estudantil (DCE, Atlética, Coletivos e Movimentos). Além das tarefas voltadas ao auxílio dos processos seletivos com cota de renda (alguns grupos do Programa de educação Tutorial – PET, por exemplo) e matrículas, o atendimento, as análises socioeconômicas que culminam na pontuação para recebimentos dos auxílios são as atividades de maior demanda no setor. Assim como as equipes de assistência estudantil de todo país são plurais, esse relato de experiência se apresenta em destaque uma Assistente Social na condição no espectro autista, declarada na reserva de vaga de seu concurso, bem como em sua atuação rotineira. E de que forma isso ocorre? Há em sua sala, um quadro descrevendo suas principais características, adaptações quanto ao excesso de estímulos sonoro e visual e nos demais ambientes, um debate aberto sobre a temática, buscando a naturalização de suas peculiaridades. Ademais, há que se considerar a nuance institucional que, em função de possuir prevalentemente cursos na área de exatas, ciências e tecnologia, há maior número de alunos na condição doespectro. Tal situação agregou à equipe da Assistência Estudantil (sobretudo, o Núcleo de Educação Inclusiva) a possibilidade de convíviocom a diversidade desde a sua rotina interna até o seu atendimento externo. Aqui, para além das questões de enfretamento das barreiras atitudinais, faz-se essencial destacar as ações que a Assistente Social participou, buscando levar informações e conhecimento de sua condição aos alunos, docentes e comunidade. Para apresentação do III Seminário de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia se ensejou apresentar as ações relacionadas ao pertencimento, inclusão e permanência. No tocante ao pertencimento, o apoio aos movimentos estudantis institucionais foram de suma importância para o fortalecimento discente enquanto coletividade, destacando a participação da profissional de Serviço Social nos Encontros: 1) Debates étnicos raciais e ação afirmativa, ocorrido em maio e novembro; 2) Primeira Jornada e formação do Coletivo, abarcando as questões de diversidade sexual e de gênero, que aconteceu em junho de 2023. Relativo às ações de inclusão, além da composição como titular do Núcleo de Educação Inclusiva desde abril de 2022, a Assistente Social contribuiu na elaboração e execução de Oficina de Habilidades Sociais e Grupo Focal para Desenvolvimento dos Afetos, atividades executadas de setembro ao fim de outubro de 2023, com foco nos alunos TEA atendidos. Relacionado à permanência, tal profissional correspondeu aos atendimentos dos casos de vulnerabilidade e a execução de tarefas rotineiras como análises socioeconômicas, atualizações e suspensões (frequência, carga horária e estágio) dos auxílios concedidos. Há na iniciativa de participação da Assistente Social, além do atendimento de cunho profissional, a contribuição pessoal para as atividades voltadas aos movimentos estudantis e núcleo inclusivo uma vez que foram ações pioneiras na IFES. Tal narrativa destaca a importância na pluralidade e diversidade, tanto no atendimento e apoio aos alunos, quanto na formação da equipe profissional da Assistência Estudantil. As práticas inclusivas favorecem a informação, sensibilização e conscientização para as vistas da promoção da integração, emancipação e autonomia dos estudantes assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil, permitindo desmitificar as pessoas na condição TEA, a partir da própria atuação da Assistente Social.

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ATRAVÉS DO ESPECTRO:

RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA CONDIÇÃO AUTISTA (TEA) PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADES

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Estudantil, Promoção de Igualdades, Inclusão, Autismo.

FINANCIAMENTO: Não conta com auxílio de financiamento ou bolsa de fomento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Valéria (Org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2018.

[redacted]ICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **DSM-5: Manual diagnóstico e [redacted]stico de transtornos mentais.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência.** Revista do Ministério Público do Trabalho, Brasília, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 01 abr 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/decreto/d7611.htm. Data de Acesso em 01 abr 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Data de Acesso em 01 abr 2024.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 01 abr 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 01 abr 2024.

SANTOS, Wellington Farias dos et al. **A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior. Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade,** Salvador, v. 9, n. 3, p. 51-66, 2020. DOI: https://doi.org/10.9771/re.v9i3.33786. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/33786. Acesso em 01 abr 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS; CEAD, 2009. p. 1-21.

EQUIDADE E OPORTUNIDADES:

A IMPORTÂNCIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS NORMATIZAÇÕES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFU

CÂNDICE LISBOA ALVES
ELAINE CALDERARI SARAIVA
LUÍS CLÁUDIO OLIVEIRA LOPES

Em 2007, foi implementado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) doBrasil, com o objetivo de promover a expansão do ensino superior, buscando sua interiorização e a consolidação das universidades públicas federais. Nesse contexto, os movimentos estudantis propuseram a criação de um programa específico referente a assistência estudantil que foi concretizado pela Portaria Normativa nº 39, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), composto por ações em 8 (oito) áreas prioritárias (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007). O Pnaes passou a ser definido como "estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como importante para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos na Educação Superior" (MACIEL, LIMA, GIMENEZ, 2016, p. 768). Essa perspectiva foi incorporada pelo Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010, que substituiu a Portaria Normativa 39, fortaleceu o Pnaes e trouxe, no plano normativo, premissas para a construção de uma política de assistência estudantil nacional1, estabelecendo, no art. 3º, dez áreas de atuação: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Aforma de implementação dessas áreas está a cargo de cada instituição federal, que deve confeccionar normativas para regulamentar "critérios
e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados", conforme estabelecido no art. 3º, §2º do Pnaes (BRASIL, 2010). Além da necessidade de normas sobre metodologia e seleção dos estudantes, as instituições federais devem definir critérios de concessão, permanência, suspensão e cancelamento dos benefícios(diretos e/ou indiretos2) da assistência estudantil, assim como explicitarquais áreas serão atendidas e de qual maneira, respeitando-se aos objetivos de democratização das condições de permanência, e redução das taxas de retenção e evasão, ao lado da inclusão e justiça social pormeio da educação3. Essa tarefa é atravessada e condicionada pelo orçamento próprio da assistência estudantil encaminhado pelo Ministério da Educação (MEC) a cada ano, conhecido como matrizPnaes, cuja composição é definida a partir dos dados coletados pelo Censo da Educação Superior e cadastrado no Sistema e-MEC. O Pnaes (BRASIL, 2010) afirma que prioritariamente devem ser atendidos "estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou comrenda familiar per capita de até um salário mínimo e meio" matriculados na modalidade de graduação no formato presencial (BRASIL, 2010). Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a gestão da assistência estudantil é conduzida pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil (Proae), que desde 20164 assumiu a responsabilidade pela elaboração de instrumentos de planejamento, execução de ações e definição de estratégias para a estruturação, aplicação e avaliação dos recursos destinados às demandas na instituição. Acrescente-se que a assistência estudantil na UFU é instrumento essencial para permanência e conclusão de cursos para diversos estudantes (MACIEL, LIMA, GIMENEZ, 2016) já que atualmente, a UFU tem em torno de setenta por cento do seu público ingressante na graduação inserido entre as classes sociais C, D e E (ANDIFES, 2018). Esses dados trazemcomo consequência a urgência e importância dos benefícios para a

EQUIDADE E OPORTUNIDADES:

A IMPORTÂNCIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS NORMATIZAÇÕES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFU

comunidade universitária, e também a necessidade de normativas claras que visem a resguardar a garantia da equidade de oportunidades. Diante desse contexto, esse trabalho analisa a importância das normatizações institucionais que estabelecem programas específicos em cada uma das áreas Pnaes para atendimento aos princípios da isonomia, competitividade, transparência e legalidade quanto a implementação, acompanhamento e distribuição de investimentos públicos na assistência estudantil da UFU. A hipótese de trabalho sugere que a elaboração de programas institucionais na Assistência Estudantil da UFU, em linguagem clara e de fácil compreensão, contribui para equidade de oportunidades na concorrência dos editais de inclusão e recadastramento, além de salvaguardar os princípios da publicidade, transparência e legalidade. Assim, na construção dos programas das áreas de atuação do PNAES foram estabelecidos textualmente os princípios e objetivos para cada tipo de benefício, com identificação do público-alvo, modalidades de benefícios, critérios de permanência, cancelamento, suspensão, reingresso, diligências, recadastramento, financiamento, registro, avaliação, certificação e creditação. Afora isso, foram definidos mecanismos de acompanhamento institucional e prestação de contas à sociedade, por meio da divulgação dos investimentos no portal da transparência. Acredita-se que os próprios programas são instrumentos de transparência em relação às estratégias de execução, acompanhamento e prestação de contas dos investimentos públicos. Foram definidos 15 (quinze) programas na UFU5 e 3 (três) Regimentos Internos relacionados aos equipamentos coletivos Moradia Estudantil, Restaurantes Universitários e Centros Esportivos, com definições de normas e regras de funcionamento e convivência para utilização do espaço físico. A equidade de oportunidades aqui vislumbrada corresponde a confeccionar normas assertivas quanto aos programas e a maneira de requerer os benefícios nele estabelecidos, contando com editais de concorrência para o público alvo. As normativas foram confeccionadas seguindo-se os apontamentos das equipes técnicas que operam na assistência estudantil da Universidade, atuando diretamente nos procedimentos para concessão e manutenção dos benefícios ou realização de atividades previstas nas áreas Pnaes. As normativas sobre os programas desenham de maneira objetiva o que será oferecido, como será oferecido e quem poderá ser beneficiado(a). Assim, elas são importantes para a isonomia no tratamento do público alvo em vulnerabilidade socioeconômica, ou ao público indireto, que também poderá ser abarcado por alguns eventos ou estruturas dos programas. Também permitem que o público externo conheça as áreas e atividade prestadas pela Proae UFU, inclusive quanto a prestação de contas. Deve-se lembrar que pelo fato de a assistência estudantil universitária ser custeada por investimento público deve observar o princípio da legalidade. Assim, na medida em que os programas preveem área específica do Pnaes, modalidades de benefício e do investimento planejado, e que tudo isso é executado via edital ou ações/atividades específicas previstas nas normativas, garante-se a aplicação de práticas de governança, gestão de riscos e instrumentos legais internos relativos a gestão da integridade institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Estudantil, Equidade, Justiça Social, Normatização, Inclusão.

EQUIDADE E OPORTUNIDADES:

A IMPORTÂNCIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS NORMATIZAÇÕES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFU

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES. 2018. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).**Brasília, 2018. Disponível em: http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL, **Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em 16 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012.** Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília, DF, 2012.

DE ASSIS, Anna Carolina Lili et al. **As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras.** Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013.

MACIEL, Carina Elisabeth; DOS SANTOS LIMA, Elizeth Gonzaga; GIMENEZ, Felipe Vieira. **Políticas e permanência para estudantes na educação superior.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 32, n. 3, p. 759-781, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Portaria Normativa nº. 39, de 12 de dezembro de 2007.** Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2024.

SENADO FEDERAL, Projeto de Lei nº 5.395/2023. **Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9499120&ts=1709734179715&disposition=inline> Acesso em 22 de abril de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, **Resolução Consun 15/2009.** Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2009-15.pdf.> Acesso em 22 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, **Resolução Consun 06/2016.** Disponível em:< http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2016-6.pdf> acesso em 22 de abril de 2024.

LEI DE COTAS EM JOGO:

ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS DE DIVULGAÇÃO DAS MODALIDADES DE RESERVA DE VAGAS A ESTUDANTES E PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA MATUCHAC
PAULO HENRIQUE FERNANDES DUARTE DE OLIVEIRA
LIDIANE SANTOS DE OLIVEIRA
ELISÂNGELA CHAVES

As ações afirmativas podem ser definidas como medidas temporárias realizadas pelo Estado ou pela iniciativa privada com o objetivo de compensar deturpações históricas ou até mesmo desvios atuais. Contratação ou promoção preferencial de membros de grupos discriminados, por meio de cotas, bolsas de estudo, vantagens, medidas de proteção ou reparações financeiras, são abarcadas pelo conceito de ação afirmativa (DUARTE, 2014). No contexto do ensino superior brasileiro, as ações afirmativas se referem a um conjunto de políticas públicas para garantir o direito de acesso e permanência nas universidades federais representando uma conquista de movimentos sociais para a democratização do ensino superior (RIOS; SANTOS; RATTS, 2023). Paralelamente, a democratização do acesso às universidades públicas brasileiras promovidas pela Lei 12711 de 2012 (Lei de Cotas) promoveu nas universidades uma configuração social mais próxima da realidade do país, produzindo uma intensa mudança nas suas prioridades e referências, transformando as agendas de pesquisas e a própria cultura institucional (HERINGER, CARREIRA, 2022). Além dos estudantes cotistas beneficiados por essas políticas, a universidade como um todo ganha com a diversidade racial e social na educação superior, com novos sujeitos, conhecimentos, provocações, experiências, valores civilizatórios, maior aderência à realidade diversa e desigual brasileira, desestabilizando o projeto colonial da origem das universidades (HERINGER, CARREIRA, 2022, p. 519). Não obstante, há um desconhecimento entre os estudantes e educadores de escolas públicas sobre os mecanismos, possibilidades de acesso e gratuidade do ensino superior (NONATO de LIMA, 2021). Diante dessa realidade e da compreensão do Ensino Superior como direito de todos, acessá-lo ou não revela sobretudo a desigualdade social estrutural existente no Brasil, tornando-se imprescindível a adoção de estratégias educativas para divulgar os mecanismos de acesso legalmente garantidos aos grupos étnico-raciais socioeconomicamente vulnerabilizados. Dentre as metodologias de trabalho com jovens estudantes que proporcionam engajamento e consequentemente maiores chances de aprendizados, Correa, Alves e Maia (2014) destacam, dentre outras, as que transitam entre as linguagens próprias da cultura escolar e das culturas juvenis, que são dinâmicas e pautadas em experiência, valorizando as capacidade e saberes dos jovens e desenvolvidas em grupo. Diante disso, pretende-se apresentar a adaptação de um jogo de cartas como instrumento didático-pedagógico e lúdico para proporcionar aos estudantes e professores do ensino médio a compreensão sobre as reservas de vagas no processo de ingresso nas universidades federais. A adaptação do jogo Uno foi baseada nas Lei 12711 de 2012 (Lei de Cotas) e, Lei 14723 de 2023 para ser utilizado como instrumento didático-pedagógico e lúdico, construído a partir dos elementos que descrevem a porcentagem de reserva de vagas, seus destinatários e osprincipais procedimentos de verificação e comprovação das informações declaradas na inscrição no Sistema de Seleção Unificada - SISU (BRASIL, 2023). O Uno é um jogo estratégico de cartas conhecidoentre pessoas de faixas etárias e realidades socioeconômicas diferentes. Apresenta regras de fácil assimilação, geralmente adaptadas pelosjogadores, que para ganhar precisam terminar sem nenhuma carta na mão. Esse jogo proporciona rápida interação dos participantes, exigindo atenção contínua e raciocínio lógico durante as jogadas, podendo ser

uma interessante ferramenta para apreender novas informações associadas à dinâmica do próprio jogo. A versão adaptada é composta por 40 cartas numeradas de 0 a 9, e 24 cartas de comando em quatro cores diferentes, além de 8 cartas curingas. As cartas numeradas descrevem as modalidades de reserva de vagas ("ampla concorrência", "ter estudado integralmente em escola pública com renda de até um salário-mínimo" ou, "independentemente de renda" e as descrições dos públicos-alvo), já as cartas de comando e cartas curinga orientam sobre os procedimentos de verificação e comprovação das informações declaradas. Para a operacionalização do jogo, foram mantidas as regras oficiais e criados quatro critérios de combinação das cartas numeradas: 1) combinar público específico ou renda de número igual; 2) combinar público específico ou renda de cor igual; 3) combinar ampla concorrência de qualquer cor com número igual; 4) combinar ampla concorrência com qualquer carta de cor igual. Para garantir a jogabilidade, as cartas numeradas foram adaptadas da seguinte forma:as de número 0 e 1 foram arbitrariamente descritas como "ampla concorrência" visando simular a dinâmica real da reserva de vagas, emque 50% destas são destinadas à ampla concorrência; as de número 2 possuem a descrição "integralmente em escola pública, independente da renda" e "integralmente em escola pública, renda familiar até 1 (um) salário-mínimo por pessoa"; as cartas numeradas de 3 a 9 possuem descrições de um dos perfis socioeconômicos contidos nas cartas de número 2, e descrições dos grupos destinatários das políticas de ações afirmativas ("autodeclaração quilombolas", "autodeclarados pretos, pardos ou indígenas" e "pessoas com deficiência"). Diferentemente do jogo original que possui 112 cartas, esta versão adaptada contém 72 cartas, mantendo a dinâmica do jogo, a variabilidade das jogadas, possibilitando aos participantes implementar regras extras. Foram realizadas 12 sessões de teste com a versão final do jogo com a participação de dois psicólogos, uma assistente social e um técnico administrativo. Sendo 8 partidas realizadas em dupla e 4 em trio. Nas partidas realizadas em dupla, ambos os jogadores conheciam as regras oficiais do Uno e os elementos extraídos da legislação. Nas partidas realizadas em trio, duas das participantes não sabiam as regras do jogo e uma delas não tinha clareza das modalidades de reserva de vagas nem dos procedimentos de verificação e confirmação de informações. Destaca-se que essa adaptação foi desenvolvida pela equipe técnica da Diretoria de Ações Afirmativas (DAF) da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Importante destacar que nessa fase de adaptação do jogo Uno, objetivou-se meramente construir e testar um instrumento didático-pedagógico e lúdico capaz de conter as informações maisrelevantes da Lei de Cotas, especialmente no que tange às modalidadesde reserva de vagas e procedimentos de verificação das informações autodeclaradas pelos candidatos no SISU. Pode-se afirmar que o jogo éfactível, uma vez que ele foi pensado, organizado e materialmente executado, da mesma forma que é possível observar sua jogabilidade preservada em relação a versão original, sem prejuízo da dinâmica de jogo estabelecida pelas regras oficiais. Apesar do jogo explorar as informações consideradas relevantes tanto para a compreensão das modalidades de reservas de vagas, quanto do processo de ingresso nas universidades federais através das ações afirmativas, ainda não existemdados que comprovem sua eficácia didático-pedagógica. Porém, há uma experiência preliminar de sua aplicação na primeira "Mostra Sua UFMG" realizada no Instituto de Ciências Agrárias (ICA) onde foi possível observar sua utilidade enquanto metodologia de trabalho com jovensdo ensino médio, capaz de proporcionar engajamento, colaboração e

interação em torno da temática proposta pela adaptação realizada. A UFMG reconhece os processos de mobilização que deram origem à constituição cidadã, impulsionaram e fortaleceram as lutas de grupos sociais até então excluídos do acesso aos benefícios e direitos educacionais. Denominados minorias sociais, esses grupos tiveram êxito na aprovação de legislações garantidoras do acesso ao ensino superior, e a programas de permanência estudantil no decorrer da trajetória escolar e acadêmica. A Lei de Cotas, uma das ações que constituem as Políticas Afirmativas, significou a efetividade da reserva de vagas no SISU. Se por um lado, há o direito assegurado aos estudantes, por outro temos observado ao longo dos anos que a apropriação e a operacionalização das políticas afirmativas pelos sujeitos a quem se destina é um dos maiores desafios. Paradoxalmente, a democratização do acesso ao ensino superior via reserva de vagas tem esbarrado na falta de acesso às informações e na sua incorporação pelos sujeitos, motivo pelo qual temos pautado pela busca de inovações nos processos de disseminação e democratização da informação sobre as condições de acesso e permanência na universidade pública.

PALAVRAS-CHAVE: Lei de Cotas, Jogo, Reserva de Vagas, SISU, Estudantes, Ensino Médio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI nº 14723, de 13 de novembro de 2023. **Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 [...]. Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n.216, p.5, 14 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 26 abr. 2024.

COHEN, Natália Silva; DE JESUS, Rodrigo Ednilson; COSTA, Silvia Regina de Jesus. **Ações afirmativas na UFMG: por que sim?.** Belo Horizonte: UFMG, 2023.

CORREA, Licínia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares (org.). **Cadernos temáticos: juventude brasileira e ensino médio.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DUARTE, A. C. **A Constitucionalidade das Políticas de Ações Afirmativas. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado,** abril/2014 (Texto para Discussão nº 147). Disponível em: https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-147-a-constitucionalidade-das-politicas-de-acoes-afirmativas. Acesso em: 29 abr. 2024.

HERINGER, R.; CARREIRA, D. Introdução. In: HERINGER, R.; CARREIRA, D. (org.). **10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas.** Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, Ação Educativa, 2022. Disponível em: https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro_Lei_de_Cotas.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

NONATO, Bréscia França; LIMA, Liliane Gonçalves Fernandes. **Juventudes e Ensino Superior.** Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021.

RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas.** São Paulo: Perspectiva, 2023.

A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO

NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

FERNANDA DE MAGALHÃES
VILMA APARECIDA DE SOUZA

O acesso à educação no Brasil é direito fundamental para todas as pessoas, independente das suas singularidades, sendo assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, conforme consta no Art. 205. Deste modo, o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior e nos demais anos de ensino não trata-se de caridade, e sim de direito universal, sem distinção de etnia, raça, cultura, credo religioso, gênero, condições socioeconômicas ou, ter ou não, algum tipo de deficiência. "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, tendo como objetivo ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988). Cabe ressaltar que o Brasil é um país rico em diversidade, contudo, também demasiadamente desigual nas condições econômicas e sociais, o que agrava ainda mais a situação de exclusão das pessoas com deficiência, que em muitos dos casos, carregam na sua história o peso da desigualdade socioeconômica, fator que impacta diretamente na permanência desses estudantes nas escolas e universidades. Nesta perspectiva, construir uma educação inclusiva tem sido um desafio histórico que abarca diversos aspectos, haja vista a escola historicamente se caracterizar pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social, (Brasil, 2010). "A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola.

Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar." (Brasil, 2010, p. 6).E diante deste contexto, com vistas a refletir sobre a trajetória das políticas públicas de educação inclusiva no ensino superior, com recorte para o processo de inclusão e o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Uberlândia, dei início a construção da minha pesquisa de mestrado. Ela tem sido desenvolvida através de pesquisa qualitativa, com realização de análise bibliográfica e documental, destacando-se o levantamento de dados através de documentos oficiais do Governo Federal, da UFU e também através de autores que dialogam com a temática. De acordo com Ferrari e Sekkel (2007), no final dos anos 1990 as discussões sobre um modelo de educação inclusiva começaram a ganhar destaque no cenário mundial, e foi nesse momento que o Brasil optou por um sistema educacional inclusivo, quando concordou com a Declaração Mundial de Educação para Todos, documento da UNESCO, e tornou-se signatário da Declaração de Salamanca, em 1994. A partir de então, várias transformações começaram a ocorrer nas legislações e diretrizes nacionais voltadas para educação inclusiva, até que no ano de 2005 o Ministério da Educação criou o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior. Segundo informações obtidas no Documento Orientador do Programa Incluir (Brasil, 2013), a criação dos Núcleos de Acessibilidade teve como objetivo promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas instituições federais de educação superior para garantir o pleno acesso de pessoas com deficiência, conforme decretos nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e, nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. A proposta principal deste programa seria fomentar a criação e gestão de tais núcleos pelas instituições

A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO

NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

federais de ensino superior para organizar ações que vizassem a implementação da política de acessibilidade. No ano seguinte a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi aprovada pela ONU, estabelecendo que os Estados-Partes deveriam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizassem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão. Neste mesmo ano, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, lançaram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, objetivando, dentre as suas ações, contemplar, no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas para possibilitar acesso e permanência na educação superior. Em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e em 2008, o MEC/Secretaria de Educação Especial (SEESP) apresentou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, definindo a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. (Brasil, 2010). E nessse mesmo ano, os Núcleos de Acessibilidade (NAs) foram criados na legislação brasileira com a publicação do Decreto 6.571. Outro importante marco legal ocorreu no dia 6 de julho de 2015 com a instiuição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de nº 13.146 e em seu Cap. IV, Art. 27, onde consta que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida. No ano seguinte, em 2016, a Lei de nº 13.409, alterou a Lei de Cotas de nº 12.711, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino; e em 2023, ela foi novamente alterada, determinando que os candidatos concorrerão às vagas reservadas pelo programa de cotas apenas se não alcançarem as notas para ingresso às vagas de ampla concorrência. E acompanhando o movimento de avanços históricos e legais voltados para educação inclusiva no ensino superior, a Universidade Federal de Uberlândia, criou o Núcleo de em 2004 que recebeu primeiramente o nome de CEPAE - Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial. Em 2020 foi institucionalizado com a publicação da Resolução CONSUN nº 01/2020, tornando-se a DEPAE - Divisão de Ensino, pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial e reorganizado em 2023 como DACIN - Divisão de Acessibilidade e Inclusão, pertencendo então à DIREN - Diretoria de Ensino da PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Por fim, considerando que tal resumo trata-se do recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, os próximos passos para além do levantamento dos principais marcos históricos e legais apresentados, será investigar as políticas, normativas e ações para inclusão das pessoas com deficiência praticadas pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UFU a fim de compreender como tem isto tem se efetivado nesta instituição, considerando o recorte temporal da década de 2012 até 2020.

PALAVRAS CHAVE: Ensino Superior, Inclusão, Núcleos de Acessibilidade, Universidade Federal de Uberlândia.

A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO

NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL, **Ministério da Educação. Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESu.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 15 de setembtro de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

Decreto nº **5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 23 de agosto de 2024.

FERRARI, M. D. L. D.; SEKKEL, M. C. (2007) **Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio.** Psicologia, Ciência e Profissão, 27 (4), 636 – 647.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 15 julho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / SecretariaNacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Disponível em: <http://www.dacin.prograd.ufu.br/sites/depae.prograd.ufu.br/files//media/document/programa_viver_sem_limites.pdf>. Acesso em 11 julho de 2024.

O TRABALHO DA DIVISÃO DE PROMOÇÃO DE IGUALDADES

E APOIO EDUCACIONAL (DIPAE) NA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFU

SAULOÉBER TARSIO DE SOUZA

A proposta dessa reflexão consiste em apresentar o trabalho realizado pela DIPAE (Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional), que é uma divisão da DIRES (Diretoria de Inclusão, Promoção e Assistência Estudantil) que por sua vez é subordinada a PROAE (Pró-reitoria de Assistência Estudantil). Essa pró-reitoria foi criada a partir da resolução 06/2016, considerando-se em especial o Decreto Presidencial nº 7.234/2010, que regulamentou o Programa Nacional de Assistência Estudantil, com os objetivos de democratizar as condições de permanência, minimizar os efeitos das desigualdades sociais, reduzir taxas de retenção e evasão e contribuir para a inclusão social. Inicialmente, é preciso destacar que as ações afirmativas e políticas de permanência aos estudantes envolvem múltiplos movimentos em diferentes setores (órgãos e unidades) da instituição buscando transversalidade nas atividades desenvolvidas em seu interior. Dessa maneira a promoção de igualdades na UFU não se restringe nem a DIPAE tampouco as atividades que serão descritas abaixo realizadas pela divisão, como os cerca de 2 mil atendimentos noano de 2023, entre outras ações. Na resolução no. 06/2016 do CONSUN-UFU assim se definiu a DIPAE: "Art. 14. A Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional (DIPAE), subordinada à Diretoria deInclusão, Promoção e Assistência Estudantil (DIRES), vinculada a uma Função Gratificada (FG função será a de Coordenador de Promoção de Igualdades e competências: I - coordenar, elaborar, implementar,executar e avaliar programas e projetos que atendam a comunidade discente da UFU, em suas dificuldades educacionais e seus reflexos na vida pessoal e acadêmica, por meio de ações preventivas e de apoio pedagógico e de atendimento em psicologia educacional que contribuam para o desenvolvimento das potencialidades do estudante, melhoria do desempenho acadêmico, formação ampliada e qualidade de vida; II - promover ações interdisciplinares e coeducativas, envolvendo os profissionais da DIASE, DIRES e PROAE para proceder ao acompanhamento dos estudantes assistidos pela DIPAE; III - garantir os espaços físicos adequados e sua manutenção, tendo em vista o desenvolvimento das atividades e programas da Política de Assistência Estudantil; IV - promover a qualificação e a capacitação continuada da equipe de profissionais da DIPAE; V - coordenar, elaborar, supervisionar e avaliar estudos e pesquisas da área de Psicologia Educacional, de Pedagogia, Racismo, Sexismo e Homofobia, a fim de subsidiar aspráticas profissionais, voltadas para o estudante; VI - prestar orientação educacional à comunidade estudantil, universitária e familiares dos estudantes, no sentido de identificar recurso atendimento e na defesa da cidadania; VII - estimular o desenvolvimento da atuação profissional pautada no Código de Ética Profissional e na Lei que regulamenta a profissão dos profissionais da DIPAE; VIII - promover ações afirmativas de igualdade de gênero, étnico desenvolvendo atividades de acolhimento e afiliação à vida estudantil e o combate sistemático a todaforma de racismo, violência contra a mulher e homofobia, permanênciamaterial e simbólica no ensino superior IX - implantar e dar manutenção às salas de recursos multifuncionais; e X - assessorar e apoiar a DIRES nas questões relativas às atribuições da DIPAE. (UFU, 2016)"

Nesse texto, buscamos apresentar as ações desenvolvidas pelos profissionais da DIPAE (assistente social, psicóloga e pedagogos) no ano de 2023, relacionadas na página virtual da instituição da seguinte forma: Apoio Pedagógico, Auxílio PROMISAES, Orientação Social, Psicologia Educacional, Rede de Apoio às Ações Promotoras das

O TRABALHO DA DIVISÃO DE PROMOÇÃO DE IGUALDADES

E APOIO EDUCACIONAL (DIPAE) NA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFU

Diversidades. Em relação ao Apoio Educacional, destacamos que existem os atendimentos individuais e coletivos, buscando-se priorizar os estudantes assistidos pela PROAE e que por variados motivos encontram-se em dificuldades acadêmicas, com baixo desempenho nas disciplinas cursadas levando sua média de coeficiente geral das notas ficar abaixo de 60 pontos necessário para aprovação e conclusão dos cursos de graduação na instituição. Quando o monitoramento da DIRES indica a necessidade de apoio pedagógico, esses estudantes são encaminhados aos profissionais da divisão que são atendidos de forma individualizada por pedagogos, psicóloga e assistente social (equipe multidisciplinar que no ano passado contou com 8 servidores e 1 terceirizado nas 4 cidades aonde a UFU possui campi). Parte desses estudantes é convocada para oficinas visando a contribuir para a superação de suas dificuldades acadêmicas, quando os estudantes são atendidos de forma coletiva. Porém, os serviços vão além dos alunos assistidos, como podemos ver nas atividades do ano de 2023 abaixo: A) Oficinas psicopedagógicas aplicadas: Planejamento de estudos; 10 passos para o TCC; Procrastinação acadêmica e gestão do tempo estudantil; Mentoria aplicada aos estudos universitários; Apoio pedagógico à pesquisa; Gestão das emoções no ambiente acadêmico; Como lidar com o bloqueio da escrita?; Como falar em público?; Palestras nos cursos de Graduação, entre outras. Participaram cerca de 600 discentes nessas atividades; B) Atendimentos individualizados pela equipe multidisciplinar da DIPAE, somaram cerca de 400 alunos atendidos de forma individual pela equipe que trabalhou de forma presencial e remota; C) Qualificação da equipe DIPAE com a participação de servidores em visitas técnicas a outras instituições federais de ensino superior (UFPR e UFAM), envio de servidores ao FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) ocorrido na cidade de Viçosa, além da realização do I Seminário de Apoio Pedagógico no Ensino Superior (SAPES); D) Inauguração da Sala de Recursos Multifuncionais para atendimentos individuais e coletivos. A sua implantação foi orientada pela resolução 06/2016 e previa a implantação deste espaço para realização dos atendimentos pedagógicos; E) Projetos de extensão e de graduação desenvolvidos pelos servidores, como exemplo, menciona-se no Campus de Monte Carmelo o Projeto de Extensão "Sensibilização à diversidade sexual e de gênero: curso de capacitação para estudantes UFU e profissionais da educação básica" e na cidade de Uberlândia foi desenvolvido o Projeto Igual UFU com o objetivo de "transformar modos de ser, estar e viver de graduandos cotistas pretos, pardos e indígenas (PPI)"; F) Editais PROMISAES e Inclusão Digital de Estudantes Estrangeiros - de responsabilidade da DIPAE, esses editais visam atender aos estudantes estrangeiros em intercambio da UFU; G) PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA - edital gerenciado pelo MEC, a DIPAE cuida da conferência da documentação de estudantes indígenas e quilombolas, atualmente constam 16 estudantes no PBP na UFU; H) Aprovação PIAAP – no dia 23 de junho de 2023 foi aprovada a resolução no. 54 do CONSEX regulamentando o Programa Institucional de Acompanhamento e Apoio Pedagógico dos(as) Estudantes da PROAE-UFU; Em relação a Promoção de Igualdades a DIPAE tem como responsabilidade a realização de três meses temáticos construídos em parceria com os coletivos presentes na instituição e também na sociedade civil, entre eles a CPDiversa (LGBT+), a CPMulheres e a CEER (Comissão Institucional para a Educação das Relações Étnicoracial), tais comissões tem organizado levantamento de dados sobre as ações da gestão superior no sentido de se adotar medidas para a promoção da equidade, além de orientar mudanças necessárias para garantir a

O TRABALHO DA DIVISÃO DE PROMOÇÃO DE IGUALDADES

E APOIO EDUCACIONAL (DIPAE) NA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFU

permanência e o sucesso acadêmicos desses grupos entendidos enquanto minoritários, fortalecendo a diversidade que é tão peculiar a formação do povo brasileiro. A) Mês do Respeito - a ação tem como objetivo homenagear e reafirmar a luta feminina, através de uma programação repleta de ações de empoderamento e conscientização acerca das violências de gênero. B) Mês da Diversidade - tem por objetivo dar visibilidade ao movimento LGBTQIA+ e conscientizar sobre o respeito à diversidade sexual e de gênero. Em 17 de maio, celebra-se o Dia Internacional do Combate à Homofobia e Transfobia. Nessa data, há mais de 30 anos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais, o que se tornou um marco simbólico para a causa, daí a escolha do mês temático. C) Lançamento de Coletânea de Textos sobre a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU cujo proposta é a de promover a interlocução entre pesquisadores, discentes e servidores da comunidade acadêmica em torno das questões que envolvem o debate relativo à diversidade sexual e de gênero no interior da UFU. D) Mês daEquidade - o objetivo do evento é reunir coletivos em atividades que promovam discussões sobre a diversidade étnico-racial no âmbito da universidade. Destacamos por fim, que os atendimentos individuais e coletivos do Apoio Pedagógico envolveram cerca de 1000 estudantes aolongo do ano sendo 400 no formato individual e 600 no coletivo, de forma presencial ou remota. Já os eventos de responsabilidade da DIPAE contaram com a participação direta de cerca de 1200 pessoas mobilizadas na promoção de ações afirmativas e políticas de auxílio aos estudantes, relacionadas as temáticas das mulheres, de pretos e pardose dos LGBTS. Contudo, muito mais do que os dados quantitativos, é importante destacar a sensibilidade da instituição que nos últimos anostem dado visibilidade a esses grupos que historicamente tem sido alvo De intolerância e violência de toda natureza. Há muito a ser feito, contudo, esses espaços devem ser preservados e ampliados buscando-se alterar a cultura do coletivo da instituição a favor da diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Estudantil, DIPAE, Apoio Educacional, Equidade.

O TRABALHO DA DIVISÃO DE PROMOÇÃO DE IGUALDADES

E APOIO EDUCACIONAL (DIPAE) NA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFU

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Conselho Universitário. Resolução nº 06/2016, de 29 de abril de 2016.** Dispõe sobre a criação da PROAE. Uberlândia: Conselho Universitário, 2016. Link: http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2016-6.pdf

"UFU oferece série de Oficinas de Desenvolvimento para o semestre 2023.01!" Portal UFU. PROAE. 21/08/2023. Link: https://proae.ufu.br/acontece/2023/08/ufu-oferece-serie-de-oficinas-de-desenvolvimento-para-o-semestre-202301

"Dipae realiza 1° Seminário de Apoio Pedagógico no Ensino Superior." Portal UFU. PROAE. 24/04/2023. Link: https://proae.ufu.br/acontece/2023/04/dipae-realiza-1deg-seminario-de-apoio-pedagogico-no-ensino-superior

"DIPAE e PROAE apresentam Sala de Recursos Multifuncionais." Portal UFU. PROAE. 02/02/2024. Link: https://proae.ufu.br/acontece/2024/02/dipae-e-proae-apresentam-sala-de-recursos-multifuncionais

"Edital PROAE nº 04 2024 - Auxílios Promisaes e Inclusão Digital para Estudantes Internacionais" Portal UFU. PROAE. 15/02/2024. Link: https://proae.ufu.br/acontece/2024/02/edital-proae-no-04-2024-auxilios-promisaes-e-inclusao-digital-para-estudantes

"Confira o que rolou no Mês do Respeito 2023" Portal UFU. PROAE. 27/04/2023. Link:

https://proae.ufu.br/acontece/2023/04/confira-o-que-rolou-no-mes-do-r

"Confira o que rolou no Mês do Respeito 2023" Portal UFU. PROAE. 27/04/2023. Link: https://proae.ufu.br/acontece/2023/04/confira-o-que-rolou-no-mes-do-respeito-2023

"Maio da Diversidade 2023: confira a programação" Portal UFU. PROAE. 11/05/2023. Link: https://proae.ufu.br/acontece/2023/05/maio-da-diversidade-2023-confira-programacao#:~:text=Em%20maio%2C%20a%20Pr%C3%B3%2DReitoria,diversidade%20sexual%20e%20de%20g%C3%AAnero.

CALDERARI, Elaine Saraiva, SOUZA, Sauloéber Tarsio de; SOUSA, Klênio Antônio; SILVEIRA, Hélder Eterno da (organizadores). **"Diversidade sexual e de gênero na Universidade Federal de Uberlândia: entre limites e desafios Uberlândia :** EDUFU, 2023. 329 p.: il. ; (E-books PROAE- UFU). Link: https://proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/diversidade_sexual_e_de_genero_na_ufu_-_livromesdadiversidade_ebook_r06_paginas_simples-final-set23_1.pdf

UFU promove evento para debater diversidade étnico-racial e 20 anos da Lei 10639" Portal UFU. PROAE. 07/11/2023. Link: https://proae.ufu.br/acontece/2023/11/ufu-promove-evento-para-debater-diversidade-etnico-racial-e-20-anos-da-lei-1063